

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 10 a 14 de fevereiro, em Brasília.

REFORMA ADMINISTRATIVA E INTENSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONGRESSO NACIONAL.

O governo deve enviar a reforma administrativa ao Congresso Nacional nesta semana. O envio de uma proposta havia sido adiado no fim do ano passado para que o governo fizesse ajustes no texto e vinha sendo cobrado por parlamentares, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). A promessa era que a reforma fosse apresentada já na primeira semana de retorno do recesso do Congresso Nacional. Porém, com a priorização dos debates sobre a questão do coronavírus, o envio acabou sendo adiado para esta semana e deve chegar em meio ao desgaste gerado pelo comentário do ministro da Economia, Paulo Guedes, que chamou os servidores públicos de parasitas do Estado na última sexta (7).

Na terça (11), Rogério Marinho assume a pasta do Desenvolvimento Regional (MDR). O Ministério - responsável pelo Minha Casa, Minha Vida - é considerado estratégico para o governo e Marinho, braço direito de Paulo Guedes na Economia, deixa a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho com a principal missão da pasta cumprida, a aprovação da Reforma da Previdência. O ex-ministro Gustavo Canuto será o novo presidente da Dataprev e na vaga de Marinho na Secretaria assumirá Bruno Bianco Leal, que exercia a função de secretário adjunto.

Nesta semana, o Congresso ainda deve criar a comissão mista para discutir as propostas de reforma tributária. A comissão terá como missão unificar as PECs de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados (PEC 45/2019) e no Senado Federal (PEC 110/2019) em um único texto de consenso entre os legisladores. O movimento de criar um colegiado composto por membros das duas casas foi resultado de acordo entre os presidentes e líderes partidários, após um ano de disputa por protagonismo em torno do tema. O relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) afirmou que há entendimento entre o ministro Paulo Guedes, o presidente Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia, de que o governo mandará apenas sugestões aos textos em tramitação. Na quarta-feira, Guedes deve receber os secretários estaduais de Fazenda para debater a reforma.

Líderes partidários buscam a construção de um acordo para realizar sessão do Congresso Nacional, na quarta (12), com o objetivo de analisar os vetos de Bolsonaro à Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Congresso quer derrubar pelo menos dois vetos a pontos da LDO. Um deles é o ponto que determina o bloqueio linear do valor de emendas parlamentares. Ou seja, o governo teria de contingenciar essas verbas no mesmo montante de outras despesas. O segundo ponto é o que determina que a execução das emendas terá de seguir a prioridade definida pelo seu autor. Nesse último ponto, os líderes se mostram mais abertos para negociação, afinal esta questão pode levar à falta de recurso em alguns ministérios.

Destaques da Semana

Terça

- [Rogério Marinho assume](#) a pasta do Desenvolvimento Regional.
- [Governo se reúne](#) para discutir sobre Orçamento impositivo.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, com o ministro da Economia, Paulo Guedes e com o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão se reuniu com o presidente do IRICE, Rubens Barbosa, com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, com o embaixador da República do Paraguai no Brasil, Juan Angel Delgadillo Franco e com o procurador-geral da República, Augusto Aras.

Agenda Internacional

- ✓ Viena (Áustria) - International Conference on Nuclear Security: Sustaining and Strengthening Efforts.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o ministro-chefe da Secretaria-Geral, Jorge Anotnio de Oliveira e com o deputado federal, Darcísio Perondi (MDB/RS).

MCTIC

Ministério da Ciência
Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Agenda Internacional

- ✓ Genebra (Suíça) - Reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); e
- ✓ Zurique (Suíça) - FINVEST Global Summit 2020.

ME

Ministério da Economia

Agenda do Ministro – Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda, com os secretários especiais do ministério e com o presidente da República, Jair Bolsonaro.

Agenda Internacional

- ✓ Montevidéu (Uruguai) - V Rodada Negociadora entre Mercosul e Coreia do Sul;
- ✓ Abidjã (Costa do Marfim) - Reunião do Comitê Diretor do Conselho de Governadores do Banco Africano de Desenvolvimento;
- ✓ Pretória (África do Sul) - Reunião da Força Tarefa Internacional TOSSD;
- ✓ Assunção (Paraguai) - Negociações de Acordo Automotivo Brasil-Paraguai;
- ✓ Pretória (África do Sul) - Reunião sobre Negociações de Acordo Automotivo Brasil-Paraguai; e
- ✓ Roma (Itália) - 43ª Reunião da Assembleia de Governadores do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

Balança Comercial – A balança comercial registrou superávit de US\$ 1,160 bilhão no início de fevereiro, até domingo (9). Na primeira semana deste mês, as exportações somaram US\$ 4,656 bilhões, valor 18,3% maior do que o registrado no mesmo período de fevereiro do ano passado. Já as importações totalizaram US\$ 3,495 bilhões, com alta de 10,8% na mesma comparação. De acordo com o governo, houve aumento, neste mês, nas exportações de manufaturados (12,1%), de semimanufaturados (32,8%) e de

BACEN
Banco Central do Brasil

produtos básicos (19,4%). Nas importações, cresceram os gastos com farmacêuticos (+39,8%), plásticos (+15,8%), equipamentos mecânicos (+11,7%), combustíveis e lubrificantes (+7%) e equipamentos eletroeletrônicos (+6,1%), entre outros.

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu com o sócio-fundador do Valor Capital Group, Scott Sobel e com o diretor-geral da Celo, Chuck Kimble.

Boletim Focus – O mercado financeiro reduziu pela sexta vez seguida a projeção da inflação para 2020. De acordo com o Banco Central, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) deve ficar em 3,25%. Na semana passada, o relatório estimava inflação de 3,40% para o ano. A expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) manteve-se em 2,3% para 2020 pelo relatório. O BC prevê que a Selic, que sofreu o quinto corte consecutivo na última semana, mantenha-se no novo índice, de 4,25%, até o fim do ano. A previsão para a taxa Selic se manteve em 4,25%. Para o dólar, as apostas para 2020 foram mantidas em R\$ 4,10.

BNDES
Banco Nacional do Desenvolvimento

Agenda do presidente – Gustavo Montezano se reuniu com o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, com o presidente da Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos, Dyogo de Oliveira, com representantes da Secretaria do Tesouro Nacional e com o presidente do SEBRAE, Carlos Melles.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar, nesta terça (11), a [MPV 897/19](#), que prevê a criação de **fundos de garantia para empréstimos rurais** e faz várias mudanças relacionadas ao crédito rural. O projeto de lei de conversão trata ainda de linhas de subvenção para construção de armazéns de cereais e aperfeiçoamento de regras de títulos rurais.

Os deputados ainda podem analisar o Projeto de Lei Complementar (PLP) [459/17](#), do Senado, que regulamenta a **securitização da dívida ativa da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios**. Essa securitização é uma espécie de venda com deságio dos direitos de receber uma dívida, tributária ou não. Ou seja, a venda da dívida ao setor privado será considerada operação de venda definitiva de patrimônio público.

Senado Federal

Plenário

Na terça-feira (11), o plenário irá votar, dentre outros projetos, o [PLC nº61/2018](#), que diz respeito à obrigatoriedade de os **conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas** disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados, e o [PLC nº 104/18](#), que versa sobre o **Estatuto da Criança e do**

Adolescente, para proibir a venda de produtos fumígenos, cachimbo, narguilé, piteira e papel para enrolar cigarro a crianças e adolescentes.

Por fim, o [PLC 109/18](#) que institui a Semana Nacional de Prevenção, Conscientização e Tratamento da Microcefalia é outro que pode ser deliberado nesta semana.

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA

Senado | CCJ | Terça (11)

Desvinculação dos Fundos

Audiência Pública – debater a [PEC nº 187/2019](#) que "institui reserva de lei complementar para criar fundos públicos e extingue aqueles que não forem ratificados até o final do segundo exercício financeiro subsequente à promulgação desta Emenda Constitucional, e dá outras providências." Foram convidados, dentre outros, o presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual, **Leonardo Edde**; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, **Ildu de Castro Moreira**; o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, **Felipe Salto**; e o secretário adjunto de Assuntos Fiscais da Secretaria do Orçamento Federal da Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia, **Geraldo Julião Júnior**.

Senado | CMMPV 902/2019 | Quarta (12)

Imposto de Consumo

Audiência Pública – debater a [Medida Provisória nº 902, de 2019](#). Foram convidados, dentre outros, representantes da Casa da Moeda do Brasil; do Ministério da Economia; da Receita Federal do Brasil; e do Banco Central do Brasil.

Senado | CMMPV 899/2019 | Quinta (13)

Código Tributário

Audiência Pública – debater a [Medida Provisória nº 899, de 2019](#). Foram convidados, dentre outros, representantes do Ministério da Economia, da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SEFAZ).

Senado | CMMPV 899/2019 | Quinta (13)

Audiência Pública – debater a [Medida Provisória nº 899, de 2019](#). Foram convidados, dentre outros, representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI); da Confederação Nacional do Comércio (CNC); do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

POLÍTICA

Câmara | COETICA | Quarta (12)

Ética e Decoro Parlamentar

Reunião Deliberativa – apreciação de pareceres parlamentares em desfavor da Deputada **Carla Zambelli** (PSL/SP) e do Deputado **Filipe Barros** (PSL/PR).

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Senado | CDH | Segunda (10)

Fake News

Audiência Pública – debater sobre a influência do Fake News na sociedade, com foco no lançamento do aplicativo "Eu Fiscalizo". Foram convidados, dentre outros, a representante do Interozvos Coletivo Brasil de Comunicação Social, **Marina Pita**; a representante do Instituto ALANA, **Lívia Cattaruzzi**; e o diretor do Instituto de Comunicação e Informação

<p>Cidades Inteligentes</p>	<p>Científica e Tecnologia em Saúde (ICICT) da Fiocruz, Rodrigo Murtinho. Senado CPMI – Fake News Terça (11)</p>
	<p>Oitiva – decorrente do Requerimento nº 214/2019. Foi convidado Hans River do Rio Nascimento. Senado CPMI - Fake News Quarta (12)</p>
	<p>Oitiva – foram convidados, dentre outros, como representante de SINDITELEBRASIL - Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Alexandre Castro; e o superintendente de Controle de Obrigações da Anatel, Gustavo Santana. Câmara CEDES Terça (11)</p>
	<p>Reunião Técnica – debater sobre Economia do Conhecimento e Sociedade Inovadora - Novos arranjos produtivos e novas competências. Foram convidados, dentre outros, representantes da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação e do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do MCTIC; e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Câmara CEDES Quarta (12)</p> <p>Reunião Técnica – debater o desenvolvimento e a expansão regional dos serviços de telecomunicações, especificamente o acesso à internet, rede fixa e rede móvel, e apresentar os programas do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC e do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, o plano geral de metas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o sistema de financiamento dos fundos constitucionais regionais para expansão dos serviços de telecomunicações. Foram convidados, dentre outros, representantes do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC; e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. Câmara CESP PLP146/19 Quarta (12)</p>
<p>TRABALHISTA</p> <p>Direito do Trabalho</p> <p>Contrato de Trabalho Verde e Amarelo</p>	<p>Reunião Ordinária – eleição dos Vice-Presidentes e apresentação do Plano de Trabalho. Senado CDH Terça (11)</p>
	<p>Audiência Pública – debater sobre: "Direito do Trabalho" com foco na Reforma Administrativa. Foram convidados, dentre outros, o secretário executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (UNACON), Bráulio Santiago Cerqueira; presidente da Afipea-Sindical / BSB e organizador do estudo da Reforma Administrativa do Governo Federal, José Celso Cardoso Jr.; e o presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE), Juracy Soares. Senado CMMPV 905/19 Terça (11)</p>
	<p>Audiência Pública – debater a MP nº 905, de 2019. Foram convidados, dentre outros, representantes da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia; da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia; da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Senado CMMPV 905/19 Quarta (12)</p> <p>Audiência Pública – debater a Medida Provisória nº 905, de 2019. Foram convidados, dentre outros, representantes da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia; da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); da Confederação Nacional da Indústria (CNI); e da Confederação da Agricultura e</p>

Pecuária do Brasil (CNA).

Senado | CMMPV 905/19 | Quinta (13)

Audiência Pública – debater a [Medida Provisória nº 905, de 2019](#). Foram convidados, dentre outros, representantes do Ministério Público do Trabalho e da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

Política

'Governo Bolsonaro sofre reveses no Congresso porque não há articulação' diz cientista político. O cientista político e professor da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Leon Victor Queiroz, diz que o governo de Jair Bolsonaro tem sofrido reveses no Congresso porque "não há articulação" com o Legislativo. Segundo ele, a atuação de parlamentares para derrubar os vetos do presidente às emendas impositivas é um sinal disso. Nesta sexta-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), indicou que deve colocar para votação a derrubada dos vetos. Ao menos sete líderes partidários indicaram que vão dar mais essa derrota ao presidente. Segundo o professor, emendas são importantes para deputados e senadores porque podem investir em seus redutos eleitorais. Fonte: O Estado de S. Paulo

Derrubada de vetos é apoiada por ao menos 8 bancadas no Congresso. As maiores bancadas da Câmara, com exceção do PSL, devem apoiar a derrubada dos vetos impostos pelo presidente Jair Bolsonaro ao projeto que obriga a União a pagar todas as emendas parlamentares neste ano. Levantamento feito pelo Broadcast Político com as lideranças partidárias mostra que o movimento é apoiado por ao menos sete partidos na Câmara que, juntos, têm 232 parlamentares. No Senado, o PSD, com 9 senadores, posicionou-se de forma favorável à recuperação do conteúdo aprovado pelo Congresso. Fonte: O Estado de S. Paulo

Alcolumbre define esta semana relator sobre cassação de juíza Selma. O destino da senadora juíza Selma (Podemos-MT) no Senado vai começar a ser discutido esta semana pela Mesa Diretora da Casa. Em dezembro do ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu cassar o mandato da parlamentar por caixa dois e abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2018. O Tribunal também convocou nova eleição para o Senado em Mato Grosso para abril deste ano. Apesar da decisão da Justiça Eleitoral, a cassação do mandato precisa ser analisada pelo Senado. Por causa do recesso parlamentar, a decisão ficou para este ano. Enquanto a Casa não decide sua decisão, mesmo cassada pelo TSE, Selma Arruda segue com apartamento funcional em Brasília e recebendo salário de R\$ 33,7 mil. Fonte: Agência Brasil.

Governo liga alerta máximo com intenção do Congresso de derrubar vetos a novas regras do Orçamento. O governo ligou alerta máximo com a votação pelo Congresso Nacional da derrubada de vetos feitos pelo presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que obriga o pagamento de todas as emendas parlamentares definidas por deputados e senadores. Isso significa a possibilidade de o governo perder o controle de cerca de R\$ 42 bilhões do Orçamento. Diante da preocupação da equipe econômica, articuladores do governo e até mesmo o presidente Bolsonaro iniciaram uma intensa negociação para tentar manter alguns vetos. No domingo (9), Bolsonaro chegou a conversar com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Fonte: G1 Notícias.

Maia quer aprovar reforma tributária nos próximos 4 ou 5 meses. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na segunda-feira que pretende que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária elaborada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) seja aprovada na Casa em quatro ou cinco meses. Em palestra na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Maia também disse estar confiante na aprovação de um imposto sobre valor agregado (IVA) nacional na reforma tributária. Fonte: Reuters.

Governo faz reunião na terça-feira para evitar mais Orçamento impositivo. O governo deve realizar na terça-feira (11) reunião para tentar afastar um risco que assombra a equipe econômica: a possível derrubada pelo Congresso do veto de Bolsonaro ao PLN nº 51, de 2019, que foi depois convertido parcialmente na lei 13.957, em 18 de dezembro de 2019. O projeto queria liberar o chamado Orçamento impositivo para todos os casos em 2020. Se o Congresso retirar o veto, o governo terá que enfrentar 1 considerável rombo nas contas públicas. Fonte: Poder 360.

Guedes defende fortalecimento da estrutura fiscal do país. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na sexta-feira (7/2) que o Brasil está realmente a caminho de um fortalecimento da estrutura fiscal da sua República Federativa de modo a preservar os interesses das futuras gerações. Além disso, enfatizou que "ninguém vai consertar o Brasil sozinho" e que o país precisa de uma cultura de responsabilidade fiscal. Fonte: ASCOM – ME.

Rombo da Previdência dos servidores do Estado custou três vezes o orçamento da saúde em 2019.

Para cobrir o rombo na Previdência dos servidores, o governo Eduardo Leite teve de desembolsar, em 2019, três vezes mais do que a verba destinada à saúde. A conta bateu a marca de R\$ 12,5 bilhões, um recorde histórico. Com a reforma aprovada no fim de janeiro – a maior dos últimos 30 anos –, a sangria de recursos tende a diminuir, mas o problema não terá solução imediata. Em comparação com 2018, o déficit no regime financeiro de repartição simples (incluindo civis e militares) cresceu R\$ 821 milhões, o dobro do valor aplicado em transporte escolar, merenda e manutenção de escolas. O montante consumiu 31,3% da receita corrente líquida no período e manteve o Rio Grande do Sul na pior situação do Brasil. Fonte: Gaúcha ZH.

Nádia Gerhard sairá do MDB e pretende concorrer a prefeita de Porto Alegre.

A vereadora Nádia Gerhard bateu o martelo: sai mesmo do MDB na janela para trocar de partido que se abre em março. Tenente-coronel da reserva, vai tentar ser prefeita de Porto Alegre com o nome político de Comandante Nádia, que adotou para reforçar sua ligação com a Brigada Militar e seu compromisso com a bandeira da segurança. O novo partido ainda é uma incógnita. Por afinidade, poderia ser a Aliança pelo Brasil, do presidente Jair Bolsonaro, mas a vereadora tem convicção de que o partido não conseguirá obter registro a tempo de disputar as próximas eleições. Fonte: Gaúcha ZH.

Governo liga alerta diante da previsão de derrubada de vetos a novas regras do Orçamento.

O governo ligou alerta máximo devido à previsão de derrubada pelo Congresso Nacional de vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto de lei que obriga o pagamento de todas as emendas parlamentares definidas por deputados e senadores. Isso significa a possibilidade de o governo perder o controle de cerca de R\$ 42 bilhões do Orçamento. Diante da preocupação da equipe econômica, articuladores do governo e até mesmo o presidente Bolsonaro iniciaram uma intensa negociação para tentar manter alguns vetos. No domingo (9), Bolsonaro chegou a conversar com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Fonte: G1 Notícias.

Maia diz que projeto de nova lei cambial deve ser votado antes do Carnaval.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, estimou nessa segunda-feira que a autonomia do Banco Central deve ser aprovada depois do Carnaval, enquanto o projeto da nova lei cambial pode ser aprovado até antes da outra proposta. Maia acrescentou que os projetos estão maduros para serem apreciadas pelo Parlamento nas próximas semanas. Fonte: Reuters.

Para Maia, desafio da reforma tributária é não aumentar impostos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que o maior desafio da reforma tributária é convencer algumas áreas do setor produtivo de que não haverá aumento de impostos. Segundo o presidente da Câmara, a reforma vai melhorar a competitividade do setor privado brasileiro. "Nós estamos fazendo as simulações para dar conforto para todos os segmentos. Não há nenhum interesse na unificação do IVA [Imposto de Valor Agregado], de prejudicar nenhum setor", ponderou Maia. Fonte: Agência Câmara

Último Foco

Regulamentação da inteligência artificial no Brasil deve prever o essencial: a supervisão humana.

O Brasil avança para regular o uso da Inteligência Artificial (IA), a exemplo de outros países que adotaram estratégias de aplicação responsável da tecnologia e tiveram ganhos de produtividade. O governo brasileiro, por meio do Ministério da Tecnologia, abriu à sociedade consulta pública para debater a legislação e o uso ético da IA, considerando eixos como força de trabalho, pesquisa e desenvolvimento, aplicação nos setores público e privado e segurança pública. A intenção é criar uma Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial. Fonte: O Estado de S. Paulo

Mudança na Lei de Informática entra na mira do TCU.

A decisão do governo e do Congresso Nacional de transformar os incentivos da Lei de Informática em créditos financeiros, que podem ser usados pelas empresas para abater o valor devido em tributos federais, acendeu a luz amarela na área econômica e em órgãos de controle. O maior problema é a incógnita sobre o custo futuro do programa, que tem validade até 2029, uma vez que o volume de investimentos em tecnologia de informação e comunicação nessas áreas pode crescer nos próximos anos e ampliar o valor dos créditos, afetando a arrecadação. Fonte: O Estado de S. Paulo

Relatora quer prolongar CPI das Fake News até junho.

A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga as fake news, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), acredita que será necessário um prolongamento das atividades da comissão. A ideia foi apresentada publicamente aos parlamentares que compõem o colegiado nesta semana pela deputada. "Acho que, para o bem da investigação, para que cheguemos a um resultado efetivo nessas investigações, nós deveríamos começar a analisar a proposta de ampliar o tempo de existência da CPMI", disse na quarta-feira (5). Ela defende que a comissão chegue "no mínimo" até junho. Fonte: Agência Brasil

eSocial apresenta falha grave e está sem líder no Governo. A 'desburocratização' do eSocial era uma meta para o ex-secretário do Trabalho, Rogério Marinho, agora, ministro do Desenvolvimento Regional. A saída do político é mais um ingrediente nessa alteração sensível nos sistemas informatizados. A revisão dos processos está revelando falhas constantes. Uma reportagem do jornal O Diário do Comércio mostra que a substituição total do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) pelo registro de empregados por parte das empresas por meio do Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) precisou ser interrompida no primeiro mês de funcionamento. Fonte: Convergência Digital

Tecnologias de reconhecimento facial são rejeitadas pelos consumidores. Ao mesmo tempo em que existe um certo 'oba-oba' no uso de reconhecimento facial, especialmente em países onde segurança pública figura entre as principais preocupações, como no Brasil, avançam reações negativas à disseminação dessa tecnologia. E de acordo com uma pesquisa divulgada na sexta, 7/2, pela GlobalData, 53% dos entrevistados se disseram contrários ao uso de sistemas de reconhecimento facial por órgãos de segurança. A pesquisa tem uma amostra pequena, de 644 entrevistados, mas é ilustrativa de como o reconhecimento facial é algo que divide opiniões. Mais do que isso, sugere que a resistência a esse tipo de tecnologia biométrica avança na mesma medida que a disseminação de seu uso. Fonte: Convergência Digital

Em audiência no STF, Moro defende acordo firmado entre Brasil e EUA sobre controle de dados na internet. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, saiu na segunda-feira, 10, em defesa do Acordo de Assistência Judiciário-Penal firmado entre os governos brasileiro e norte-americano, que gira em torno do controle de dados de usuários por provedores de internet no exterior. O ministro observou, no entanto, que o acordo está longe de ser "um instrumento perfeito de colaboração" e que o tratado não é o único meio de obtenção de dados. O decreto se tornou objeto de uma ação ajuizada pela Federação das Associações das Empresas de Tecnologia da Informação (Assespro Nacional) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Moro, das 102 solicitações para quebra de dados telemáticos formalizadas por meio do acordo, somente 26% foram cumpridas total ou parcialmente entre 2016 e 2019. O tempo médio de resposta é de 10 meses. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Para Moro, tribunais não devem abrir mão da jurisdição sobre dados no exterior. Ao participar na segunda, 10/2, da audiência pública do Supremo Tribunal Federal que discute acesso a dados armazenados fora do Brasil, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, sustentou que os tribunais brasileiros não devem abrir mão da jurisdição quando julgam crimes cometidos no país. E, por isso, devem manter a prática de exigir diretamente às filiais brasileiras de redes sociais como Facebook que entreguem as informações quando assim determinado. Fonte: Convergência Digital